

Para contrapor Tarcísio, governo retoma plano abandonado por Dino

— Após governador de SP criticar uso de equipamentos corporais pelos policiais militares, Ministério da Justiça diz que proposta de lei sobre o assunto está em análise na Casa Civil

VINÍCIUS VALFRE
WESLEY GALZO
BRASÍLIA

O ministro da Justiça e da Segurança Pública, Flávio Dino, iniciou sua gestão na pasta com a promessa de aumentar repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para Estados que implantassem o uso de câmeras nos uniformes de policiais militares. A proposta, anunciada por ele em entrevista ao *Estadão*, tinha como objetivo incentivar a popularização das câmeras e, com isso, conter a letalidade policial. Mais de um ano depois, a ideia permaneceu no papel.

A adoção das câmeras corporais voltou ao debate político nacional nesta primeira semana de 2024, após o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), criticar o uso dos equipamentos. O secretário executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli, anunciou anteontem em uma rede social que o governo publicará em fevereiro as "diretrizes nacionais" para utilização das câmeras pelas polícias.

Em resposta ao governador paulista — aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) —, Cappelli disse que "ideologizar o debate sobre segurança pública não faz bem ao Brasil".

Tarcísio afirmou, em entrevista à TV Globo, que não vai investir recursos públicos na instalação de mais câmeras nos uniformes de policiais militares. Ele ainda alegou que esse tipo de equipamento não protege o cidadão. "A gente não descontinuou nenhum contrato. Os contratos permanecem. Mas qual a efetividade das câmeras corporais na segurança do cidadão? Nenhuma", disse Tarcísio. "Preciso investir pesado em monitoramento. Isso custa muito dinheiro. É a melhor aplicação do recurso que a gente está buscando para proteger o cidadão."

Ontem, o Ministério da Justiça afirmou, em nota, que foi formulada "proposta de lei sobre o assunto, que está sob análise da Casa Civil" desde 21 de novembro. O teor da proposta não foi apresentado. A pasta também não informou se no texto há tratamento diferenciado para Estados que



“Vamos publicar em fevereiro as Diretrizes Nacionais para Utilização de Câmeras Corporais pelas polícias. Processo com consulta pública e construído com a participação das polícias de todos os Estados, sem exceção. Ideologizar o debate sobre segurança pública não faz bem ao Brasil”

Ricardo Cappelli, secretário executivo do Ministério da Justiça

adotam câmeras. “Há um esforço permanente de revisão e busca de maior eficiência nas despesas do Fundo Nacional de Segurança Pública”, disse o ministro.

Dino está de saída da pasta para vestir a toga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e não poderá dar encaminhamento ao projeto. Cappelli, número 2 do ministério, tenta ser efetivado na função. Nos últimos dias, tem intensificado agendas e aparições públicas.

OLHO VIVO. Cerca de 45,9% do efetivo policial de São Paulo contavam com câmeras corporais em 2022. O equipamento estava presente em 63 dos 134 batalhões do Estado. O programa Olho Vivo, que instalou esses dispositivos nos uniformes, teve início em 2020, na gestão do ex-governador João Dória. Entre 2019 (ano anterior à adoção das câmeras) e 2022, as mortes com o envolvimento de policiais militares em serviço caíram 62,7% na PM de São Paulo, de acordo com levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (*mais informações nesta página*).

A reação de Cappelli às falas de Tarcísio, contudo, não abor-

Estudos apontam redução da letalidade policial com câmeras

O *Estadão* consultou três estudos sobre o uso da tecnologia pelas forças de segurança feitos no Brasil nos últimos três anos. As pesquisas apontam que o principal impacto positivo é a redução de mortes cometidas pelas polícias em serviço, índice que pode ser comparado na série histórica com base no monitoramento feito pelos governos estaduais. Também há aumento da apreensão de armas dos bandidos.

Segundo estudo feito pelo Fórum de Segurança Pública e pelo Unicef, braço da Organização das Nações Unidas para a infância, houve queda de 62,7% nos óbitos decorrentes de intervenções do tipo de 2019 a 2022. Em batalhões onde os agentes já utilizavam a tecnologia, a queda chegou a

76,2%, mais do que o dobro da redução observada no resto da corporação (33,3%).

Estudo encomendado pelo comando da PM paulista ao Centro de Ciência Aplicada em Segurança Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado no fim de 2022, apontou que o uso de câmeras corporais evitou, na região metropolitana da capital, 104 mortes nos primeiros 14 meses de introdução.

Os resultados positivos não se restringem a São Paulo. Em Santa Catarina, estudo publicado no fim de 2021 mostrou que os equipamentos levaram à redução de 61,2% no uso da força (como contatos físicos e uso de algemas) pelos agentes, com melhoria também na eficiência dos registros e encaminhamento dos casos. A Secretaria de Segurança Pública disse, em nota, que o programa de câmeras corporais “está mantido” pelo governo. **ITALO RE**

dou o ponto central da política anunciada por Dino. Em entrevista ao *Estadão*, em dezembro de 2022, após ser anunciado o ministro da Justiça, Dino afirmou que o estímulo à adoção de câmeras pelas PMs ocorreria por meio da mudança nos parâmetros de rateio do Fundo Nacional de Segurança Pública destinado aos Estados.

“Estados que implantam câmeras a gente vai valorar. Agente acredita que é importante combater a violência policial. Ninguém é obrigado a fazer, mas quem fizera gente vai valorar mais. Essa é a ideia geral”, declarou, ao ser questionado se pretendia mudar os critérios do rateio do FNSP.

O discurso adotado no período da transição mudou gradualmente no decorrer do ano passado, quando Dino esteve efetivamente à frente do Ministério da Justiça. O secretário nacional de Segurança Pública, Tadeu Alencar, por exemplo, afirmou ao *Estadão* em agosto que não haveria mudanças robustas nos critérios.

“Esse é um debate delicado (*alteração dos critérios de rateio*). A gente tem (*hoje*) uma divisão em que os grandes Estados tendem a achar que a dife-

rença deles (*do que recebem do FNSP*) para os Estados pequenos é pequena. Mas é uma definição que a gente achou melhor amadurecer mais”, disse.

DESGASTE. A área da segurança pública esteve entre os principais alvos de críticas no primeiro ano de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobretudo após a escalada de casos de violência nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio. Em setembro, Dino editou uma portaria que obrigava os Estados a usarem 80% dos recursos do FNSP em ações de combate a homicídios. A medida representou o direcionamento de cerca de R\$ 800 milhões para redução de mortes violentas em 2023.

O ministro da Justiça ainda repassou R\$ 1 bilhão do fundo aos Estados no ano passado. O conjunto de medidas foi apresentado como uma reação de Dino às críticas sobre os resultados da pasta. Naquele mesmo período, o PT começou a se mobilizar para desmembrar a área de segurança pública do Ministério da Justiça e atribuiu a Dino as derrotas que o governo sofreu no debate público sobre o tema. **●**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 6